

Sumário

Prefácio	17
Abreviaturas	19
Introdução	21
Justificativa	25

CAPÍTULO UM

Filiação e reprodução assistida	29
1.1 Conceito de filiação	29
1.2 A filiação no Direito Romano	32
1.3 A filiação no Código Civil de 1916	37
1.4 A filiação no Código Civil de 2002	42
1.4.1 Classificação da filiação	43
1.4.2 Da presunção de paternidade: análise crítica do atual sistema	47
1.5 Registros históricos da reprodução assistida	54
1.6 Reprodução assistida	58
1.6.1 Esclarecimentos sobre a esterilidade e a infertilidade	60
1.6.2 Causas da esterilidade	62
1.6.3 Inseminação e fecundação: finalidades	65
1.6.4 Técnicas de reprodução humana assistida	70
1.7 Das formas de reprodução assistida previstas pelo Código Civil de 2002	73



1.7.1	Reflexões sobre os efeitos jurídicos da fecundação artificial homóloga	74
1.7.2	Questionamentos sobre os efeitos jurídicos da inseminação artificial heteróloga	77
1.7.3	Ponderações sobre as possibilidades que envolvem os embriões excedentários	83
1.8	Conclusões	85

CAPÍTULO DOIS

Reflexões sobre a reprodução assistida	87
2.1 Reflexões éticas	87
2.2 Indagações filosóficas	94
2.3 Posições religiosas	106
2.3.1 Cristãos	106
2.3.1.1 Católicos	106
2.3.1.2 Protestantes	117
2.3.1.2.1 Presbiterianos	118
2.3.1.2.2 Luteranos	121
2.3.1.2.3 Metodistas	123
2.3.2 Judeus	126
2.3.3 Muçulmanos	131
2.4 Impacto social, econômico e jurídico da reprodução assistida ...	133
2.4.1 Efeitos sociais e econômicos	133
2.4.1.1 Noções gerais sobre a seguridade social	137
2.4.1.2 Saúde	139
2.4.1.2.1 Acesso à prestação de serviços médicos reprodutivos	140
2.4.1.2.2 Políticas públicas no âmbito da saúde reprodutiva	142
2.4.1.2.3 Formalidades para a submissão aos serviços médicos	145
2.4.1.3 Previdência	147
2.4.1.4 Assistência	154
2.4.3 Efeitos jurídicos	156
2.5 Conclusões	157

CAPÍTULO TRÊS

Reprodução assistida e a estabilidade das relações familiares	159
3.1 Controle para manipulação e o uso do material genético	160
3.1.1 Banco de células germinativas.....	161
3.1.2 Terminologia e definições	162
3.1.3 Competência e procedimentos a serem adotados pelos Bancos de Células e Tecidos Germinativos	164
3.1.4 Cadastro Nacional dos Bancos de Células e Tecidos Germinativos	167
3.1.5 A manifestação da vontade: consentimento informado e autorização da casal.....	170
3.1.6 Controle do material genético doado a ser utilizado na reprodução assistida	185
3.1.7 Cessão temporária de útero?	194
3.2 Reprodução assistida e seus reflexos no âmbito das relações familiares.....	201
3.2.1 O destino dos embriões excedentários: adoção de embriões pré-implantotóricios?	202
3.2.2 A questão sucessória	209
3.2.2.1 Considerações sobre a nova figura do fideicomisso	221
3.2.3 O sigilo da identidade do doador <i>versus</i> o direito à identidade genética daquele que é fruto de fertilização heteróloga	227
3.2.4 A reprodução assistida e as ações de investigação e negatória de paternidade	233
3.2.5 Outras questões polêmicas	241
3.3 Conclusões	243

CAPÍTULO QUATRO

Tratamento da reprodução assistida no Direito estrangeiro	245
4.1 Portugal.....	245
4.2 Espanha	254
4.3 Itália	262
4.4 França.....	269

4.5	Reino Unido	277
4.6	Estados Unidos	282
4.7	Conclusões	288

CAPÍTULO CINCO

Da tutela da reprodução assistida	291
5.1 Tutela jurídica e direito à serenidade familiar	291
5.2 A proteção principiológica da família	295
5.2.1 Princípio da igualdade	298
5.2.1.1 Princípio da igualdade jurídica dos cônjuges ..	300
5.2.1.2 Princípio da igualdade jurídica dos filhos	301
5.2.2 Princípio da dignidade da pessoa humana	303
5.2.3 Princípio da paternidade responsável	305
5.2.4 Princípio da liberdade de planejamento familiar	307
5.2.5 Princípio da proteção integral da família	308
5.3 Da necessidade de normatização da reprodução assistida e o princípio da proporcionalidade	311
5.4 Pertinência e adequação dos microsistemas: estatutos como forma garantidora da pacificação social e segurança jurídica ...	319
5.4.1 Principais características de um estatuto perene	323
5.5 Proteção civil	327
5.5.1 Proteção principiológica	328
5.5.2 Partes: direitos e deveres	331
5.5.3 Relação médico-paciente na assistência reprodutiva: objeto e sistema de responsabilização	334
5.5.4 Direitos patrimoniais e direitos pessoais das pessoas nascidas pelo emprego das técnicas de reprodução assistida	337
5.6 Proteção administrativa	340
5.7 Proteção criminal	344
5.8 Conclusões	349
Conclusões finais	351
Referências bibliográficas	359
Sites consultados	375